



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

GABINETE DO GOVERNADOR

Nº GOV/2013/0412

Lisboa, 26 de setembro de 2013

Exmo. Senhor
Eng. Abel Mascarenhas
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado das Finanças

Em resposta à carta de V. Exa. com a referência nº 5018/2013, de 13 de setembro de 2013, remeto o parecer do Banco de Portugal relativamente ao anteprojeto de decreto-lei que procede à aprovação do regime das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marta Abreu

Distribuição:
Susana e Sora
A/Abreu
27/9/2013



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

PARECER

**ANTEPROJETO DE DECRETO-LEI QUE ASSEGURA A EXECUÇÃO, NA ORDEM JURÍDICA INTERNA,
DO REGULAMENTO (UE) N.º 648/2012, RELATIVO AOS DERIVADOS DO MERCADO DE BALCÃO,
ÀS CONTRAPARTES CENTRAIS E AOS REPOSITÓRIOS DE TRANSAÇÕES**

Parecer do Banco de Portugal relativo ao anteprojeto de decreto-lei que assegura a execução do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações.

O Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, estabelece um conjunto de normas relativas aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, visando estabelecer condições para a limitação dos riscos inerentes a este tipo de transações e aumentar a transparência e fiscalização regulamentar dos contratos de derivados.

O BdP manifesta o seu acordo com o conteúdo do anteprojeto de decreto-lei, o qual reflete a proposta que este Conselho oportunamente transmitiu a V. Exa..

Não obstante a concordância com o teor do projeto, o Conselho submete à consideração de V. Exa. a correção de um lapso formal constante do projeto:

- No artigo 15.º, Sanções Acessórias, a referência aos artigos 12.º e 13.º, deverá ser substituída pela referência aos artigos 6.º e 7.º.